

**CÂMARA DOS DEPUTADOS INSTITUI AUDITORIA PERMANENTE DA
DÍVIDA**

***Ministério Público Federal manifesta preocupação ao
Presidente da CPI sobre o contingenciamento dos
recursos das áreas sociais***

***Entidades produzirão materiais sobre as investigações
da CPI***

Brasília, 30 de março de 2010

Boletim elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida - www.divida-auditoriacidada.org.br

Dia 24 de março de 2010, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aprovou o Requerimento do Deputado Cleber Verde (PRB/MA), que cria a "Subcomissão Especial para acompanhamento, aprofundamento, análise e auditoria da Dívida Pública Externa e Interna".

Este já é um resultado prático da Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Pública, e da reunião ocorrida dia 10 de março entre as entidades da Auditoria Cidadã da Dívida e o deputado, que é membro da CPI, conforme noticiado nos Boletins anteriores.



Deputado Cleber Verde conversou com entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, no dia 10 de março de 2010.

O Requerimento aprovado estabelece que a Subcomissão deverá auditar as contas públicas, para apurar as constatações da CPI da Dívida Pública, constantes no documento das entidades da Auditoria Cidadã da Dívida distribuído aos parlamentares.

O Requerimento conclui dizendo:

"Diante de todos estes gravíssimos fatos apontados, é fundamental que a Câmara dos Deputados trabalhe, para aprofundar as investigações, a constituição de uma Subcomissão Permanente na Câmara dos Deputados para a realização da necessária auditoria."

A íntegra deste Requerimento pode ser acessada na página: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/743387.pdf>

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL MANIFESTA PREOCUPAÇÃO AO PRESIDENTE DA CPI SOBRE O
CONTINGENCIAMENTO DOS RECURSOS DAS ÁREAS SOCIAIS**

Também no dia 24 de março a CPI da Dívida recebeu da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Dra. Gilda Pereira de Carvalho, o Ofício nº 203/2009/PFDC/MPF-GPC, manifestando preocupação sobre os constantes contingenciamentos de recursos de diversas áreas sociais, especialmente das políticas para as Mulheres. A Procuradora Gilda Carvalho esteve presente na palestra proferida pela Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, dia 2 de março na Procuradoria Geral da República, sobre a avaliação da Lei Maria da Penha.

Segundo o Ofício:

"a sociedade questiona os seguidos contingenciamentos das verbas públicas destinadas à educação, saúde, ao transporte, ao combate à pobreza e outras políticas públicas que são urgentes e prioritárias para expansão dos direitos sociais e políticos de todos os brasileiros e brasileiras. Dados recolhidos pela Auditora Maria Lucia Fattorelli, junto ao SIAFI, comprovam o sistemático contingenciamento das verbas destinadas à superação dos nossos problemas sociais em favor do pagamento da dívida pública."

O ofício conclui dizendo que "A PFDC tem a esperança de que os postulados constitucionais de erradicação das desigualdades sociais e de proteção à família com o combate à violência doméstica, previstos nos artigos 3º, III, e 226, §8, acima mencionados, receberão dessa CPI da Dívida Pública o prestígio, o destaque e a relevância necessárias para que se promova nesse país o bem estar de todos e a igualdade entre homens e mulheres".

ENTIDADES PRODUZIRÃO MATERIAIS SOBRE AS INVESTIGAÇÕES DA CPI DA DÍVIDA

No sentido de mostrar à população brasileira as informações obtidas pela CPI, entidades da Auditoria Cidadã da Dívida tiveram acesso, por meio do Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, proponente da CPI), a resumo das investigações. Este resumo se transformará em materiais massivos de divulgação, que visam popularizar a discussão da dívida, e pressionar os deputados membros da CPI a incluírem tais itens no Relatório Final, que deverá ser votado em abril.

Será elaborado um panfleto frente e verso, com um resumo básico das investigações, e um caderno mais aprofundado, de 8 páginas.

Quem desejar contribuir financeiramente com a impressão, favor enviar mensagem para auditoriacidada@terra.com.br até quarta feira, dia 31/03, enviando também logotipo de sua entidade. As versões preliminares destas publicações também podem ser solicitadas neste e-mail.

Chamamos também as entidades a estarem presentes nas reuniões da CPI, que são anunciadas na

página <http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/temporarias53/cpi/cpidivi> .